

**HABEAS CORPUS Nº 534.915 - SP (2019/0284234-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : V A C  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : V A C (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de V. A. C. no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Narra o paciente, em petição de próprio punho, que foi condenado pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Regente Feijó (SP), pela prática do delito previsto no art. 213, *caput*, c/c o art. 226, II, ambos do Código Penal, à pena total de 9 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado.

Afirma que em apelação foi mantida a sentença condenatória pelo Tribunal de origem.

No presente *writ*, o paciente alega que está na iminência de sofrer coação ilegal à sua liberdade, por ter que cumprir pena superior àquela que a lei define ao crime praticado.

Busca o afastamento do art. 226, II, do Código Penal, ao argumento de que "*não existia, na data do fato, sujeito ativo casado*" (e-STJ fl. 5). Ressalta que a própria vítima, em sede policial, declarou-se separada.

Postula também a fixação do regime inicial semiaberto, caso a pena seja redimensionada para 6 anos de reclusão, mínimo legal confirmado pelo Tribunal de origem, especialmente por se tratar de réu primário, sem maus antecedentes.

Requer, liminarmente e no mérito, a reforma da sentença condenatória para afastar o art. 226, II, do Código Penal e a fixação do regime semiaberto para início de cumprimento de pena.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 18/19).

Ouvido, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do presente inconformismo (e-STJ fls. 78/80).

É o relatório.

**Decido.**

A impetração, ao que se depreende da petição inicial, objetiva a anulação da sentença, porquanto o impetrante/paciente pretende rever a condenação e a dosimetria da pena.

No entanto, como é cediço, a verificação do acerto ou do desacerto do entendimento fixado pelas instâncias ordinárias ultrapassa os limites cognitivos do *habeas corpus*, notadamente no caso vertente, em que a condenação, confirmada em apelação, já transitou em julgado.

Com efeito, a desconstituição da condenação implica o necessário revolvimento do acervo fático-probatório disposto nos autos, o reexame dos elementos constitutivos do tipo e a verificação da perfeita adequação do fato à norma, providências vedadas na angusta via do remédio constitucional, marcada pela celeridade e pela sumariedade na cognição.

Sobre o tema é o vaticínio da doutrina:

*A semelhança entre a revisão criminal e o habeas corpus é que ambas são ações constitucionais e podem ser ajuizadas após o trânsito em julgado. No entanto, o habeas corpus liga-se à liberdade de locomoção e, após o trânsito em julgado da decisão, somente tem cabimento nas hipóteses de nulidade absoluta (art. 648, VI, CPP). Quanto à revisão criminal, seu enfoque é o erro judiciário, necessitando maior exploração das provas, algo incompatível com o habeas corpus. [...]. (NUCCI, Guilherme de Souza. Habeas Corpus. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 187.)*

No mesmo sentido é a firme jurisprudência desta Corte de Justiça:

*PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE REVISÃO CRIMINAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. ABSOLVIÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INVIABILIDADE. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. NÃO CONHECIMENTO.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. *Tratando-se de habeas corpus substitutivo de revisão criminal, inviável o seu conhecimento.*

2. *O mandamus se presta a sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção. Não cabe nesta via estreita o revolvimento fático-probatório a ensejar a absolvição do paciente.*

[...]

5. *Habeas corpus não conhecido.* (HC 328.080/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 10/06/2016.)

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE ROUBO PARA O DELITO DE AMEAÇA E ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DOSIMETRIA. FRAÇÃO DE AUMENTO NA TERCEIRA FASE DE APLICAÇÃO DA PENA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 443/STJ. REGIME INICIAL FECHADO. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. DETRAÇÃO PENAL. QUESTÃO NÃO ENFRENTADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PARECER ACOLHIDO.*

1. *O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não têm mais admitido a utilização do habeas corpus como sucedâneo do meio processual adequado, seja o recurso ou a revisão criminal, salvo em situações excepcionais.*

2. *A análise das teses de desclassificação da conduta de roubo para o crime de ameaça e a absolvição quanto ao delito de corrupção de menores, segundo a jurisprudência desta Corte, demandaria, necessariamente, o exame do acervo fático-probatório, o que não se coaduna com a via estreita do habeas corpus.*

[...]

6. *Habeas corpus não conhecido.* (HC 338.671/SP, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 16/05/2016.)

*PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. TENTATIVA DE LATROCÍNIO. ABSOLVIÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO. ROUBO. ART. 157, § 3º, 1ª PARTE. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVA. DESNECESSIDADE DE LESÃO CORPORAL.*

1. *Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*abuso de poder ou teratologia.*

*2. Incabível o exame do pleito de absolvição e de desclassificação do delito, pois, para se afastar o entendimento adotado pelas instâncias ordinárias, seria necessário o revolvimento do conjunto probatório, o que não é possível em sede de habeas corpus.*

[...]

*4. Habeas corpus não conhecido.* (HC 151.885/SC, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 14/05/2015.)

Tal o contexto, **não conheço do presente *habeas corpus***. No entanto, determino o encaminhamento de cópia da petição inicial ao Tribunal de origem para que, se possível, autue o expediente como revisão criminal em favor do paciente, com abertura de vista à Defensoria Pública local para que apresente eventuais razões.

Publique-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao interessado.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator